

# A estratégia redescoberta

O governo está reafirmando a idéia de estratégia econômica. Pelo menos os três fatores tornam obrigatório projetar políticas de médio e de longo prazos, para um período de até dez anos: o risco de uma crise cambial, a integração nos mercados regional e mundial e a consciência, cada vez mais clara, dos entraves políticos ao crescimento. Goste-se ou não de especular sobre o futuro, a política externa fixa prazos. É preciso saber como estará o poder de competição do Brasil em 2006, quando deverá vigorar plenamente, no Mercosul, a tarifa externa comum. Também nessa época poderá estar começando mais uma etapa de redução tarifária, se a integração hemisférica tiver sido negociada até 2005. Além disso, uma nova disputa global se iniciará em 2006, quando deverá iniciar-se a criação de uma nova ordem global.

Liberalização e abertura comercial não tornaram obsoleto o planejamento, nem nas empresas, nem no governo. Ao contrário: conciliar estabilidade dos preços com o crescimento econômico e a criação de empregos, numa economia aberta e sujeita a pressões sem precedentes, requer do governante uma visão estratégica

ainda mais complexa que a da década anterior. Durante décadas, foi possível, com ou sem democracia, fechar o mercado, fixar metas de substituição de importações e administrar politicamente a acumulação. Essa política deixou de ser funcional e durou mais do que o razoável, no Brasil. Quando se conseguiu abandoná-la, abandonou-se também o planejamento, atrofiou-se o governo e abriu-se a economia aos tram-bolhões.

Essa deficiência não foi eliminada pelo programa *Brasil em Ação*, primeiro ensaio de planejamento de uma equipe concentrada nas tarefas imediatas do Plano Real. A perspectiva de longo prazo está sendo criada agora, tanto pelos críticos mais conseqüentes da política oficial quanto por técnicos do governo. O estudo intitulado *O Brasil na Virada do Milênio*, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), dá ao presidente e à equipe econômica um bom instrumental para analisar as questões de maior importância. Não se trata, nas 400 páginas do trabalho, de construir previsões e há uma clara advertência quanto a isso na página 69. O objetivo

é traçar uma trajetória viável de crescimento, com a identificação dos principais obstáculos e das condições críticas. Algumas dessas condições, como um cenário internacional sem sobressaltos, independem do governo brasileiro. Isto realça a importância de fatores como a credibilidade da política econômica, indispensável para atrair os capitais necessários. Adota-se, no estudo, a hipótese de um déficit em conta corrente em torno de 4% do Produto Interno Bruto, em média, ao longo do período. Esse desequilíbrio poderá diminuir, gradualmente, mas, para isso, exportação e importação de mercadorias terão de se equilibrar entre 2003 e 2006, com receita anual, nessa fase, de US\$ 106,2 bilhões e despesa de US\$ 106,8 bilhões. O investimento nesse quadro hipotético deverá crescer de 16,1% do PIB em 1996 para 22,5%, em 2006. Nos quatro anos finais dessas condições, o crescimento da produção poderá evoluir de 4% ao ano, em média, entre 1997 e 1999, para

6,9% entre 2003 e 2006. O impulso, nesse caso, será maior a partir do ano 2000, quando os efeitos do ajuste e do esforço inicial de investimento serão mais sensíveis. Esse quadro nada contém de espetacular e, no entanto, esses números dependerão de um importante esforço de contenção e, tão importante quanto isso, de recomposição do gasto público. A carga tributária, segundo a hipótese

adotada, não deverá aumentar, permanecendo em torno de 30% do PIB. Cumpridas essas e outras condições, a grande mudança realizada até 2006 terá sido qualitativa: com investimentos corretos, tanto públicos quanto privados, dois terços do crescimento econômico poderão resultar, dentro de dez anos, dos ganhos de produtividade, ficando o resto por conta dos fatores materiais. Hoje, a produtividade explica cerca de um quarto do crescimento. Quando se pensa no tamanho da transformação necessária, o prazo de dez anos pode até parecer muito curto.

**É preciso pensar em 2006: o País terá de enfrentar uma competição muito mais dura e o tempo é curto**